



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

DECISÃO

PROCESSO: 0049.081216/2018-49

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 362/2018/SIGMA/SUPEL/RO

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para atender o Necrotério do Hospital de Base “Dr. Ary Pinheiro”, por um período de 12 meses.

TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria Nº 018/GAB/SUPEL, publicada no DOE no dia 09 de fevereiro de 2018**, publicada no DOE no dia 24 de julho de 2017, em atenção ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, pela empresa: **PROINOX EQUIPAMENTOS INOXIDÁVEIS EIRELI nos itens 01, 02, 03 e 04**, já qualificada nos autos epigrafados, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

I – DA ADMISSIBILIDADE

Dispõe o Artigo 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10520/02, que:

“Artigo 4 – A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

...

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual numero de dias, que começarão a correr do termino do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos...”

De acordo com o Edital – item 12 e subitens - os recursos devem ser interpostos tempestivamente nos prazos prescritos em lei (Lei 10.520/02), bem como de forma escrita e com fundamentação.

Verifica-se que as peças recursais da recorrente foram anexadas ao sistema Comprasnet em tempo hábil, até o dia 04/10/2018, conforme prevê a legislação em vigor.

O prazo e a forma recursal, bem como a legitimidade para o recurso, suas razões e contrarrazões, estão orientados no inc. XVIII, art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, em síntese, quanto às normas aqui citadas, a intenção de recurso deve ser declarada em campo próprio do Sistema, após declarado o vencedor e motivadamente seguindo-se o prazo de 3 (três) dias para as razões, com igual prazo para as contrarrazões.

Verificados os requisitos de admissibilidade, quais sejam tempestividade, legitimidade e interesse, passamos a análise do pleito.

II - DAS SÍNTESES DOS RECURSOS

a) Item – 01 – Face a habilitação da empresa ENGEPOM EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA.

A recorrente argumenta que a empresa declarada vencedora deixou de atender algumas exigências que deveriam ser cumpridas. Alguns trechos da peça recursal foram transcritas.

Destaca quem em análise a proposta e os catálogos apresentados pela empresa ENGEPOM EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA., e juntados ao processo, contam diversas irregularidades.

Ressalta que a recorrida, cadastrou originalmente no sistema, uma câmara frigorífica da marca ENGEMORG, tendo como fabricante a empresa NECROFRIO, conforme consta às fls. 02 da proposta apresentada. No descritivo técnico da câmara frigorífica, anexado, consta o MODELO CM-04. Fez constar também de sua proposta, como forma de atender ao solicitado em edital no seu item nº 8.2.3, o FOLDER/CATÁLOGO/FOLHETO TÉCNICO do equipamento, já no descritivo técnico apresenta o modelo CM-04P, conforme link <http://catalogohospitalar.com.br/camara-refrigerada-para-conservacao-de-corpos-modelo-cm-04p.html>

A recorrente confrontou as exigências do edital com o produto ofertado pela recorrida e elencou as divergências encontradas:

a) A temperatura de trabalho atingida pela câmara da NECROFRIO é de 0º a + 6º C, a solicitada em edital é de – 8º a +0 º C. Reforça que tecnicamente, para se atingir a temperatura solicitada em edital, é necessária a utilização de conjuntos compressores/evaporadores de maior capacidade do que os conjuntos calculados para se atingir a temperatura da câmara fabricada pela NECROFRIO. O resultado disso é o fato de que o custo final será consideravelmente onerado, pela diferença de capacidade das máquinas.

b) No catálogo que consta do site da NECROFRIO, o modelo CM-04P, não dispõe tanto do visor para visualização e reconhecimento dos corpos com vidro anti-embaçante, como o porta prontuário.

c) No tocante ao conjunto de componentes que trata do SISTEMA DE HIGIENIZAÇÃO INCORPORADO AUTOMÁTICO exigido em Edital. A proposta de preços – fls. 02 - apresentada pela recorrida é uma cópia fiel das ESPECIFICAÇÕES contidas no ANEXO I – QUADRO DE ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO do Edital. Já, analisando-se o conteúdo do DESCRITIVO TÉCNICO, temos que o sistema de higienização acima será OPCIONAL.

Reforça que as propostas para serem apreciadas, e julgadas necessitam ser sérias – elaboradas sem reservas com cláusulas condicionais ou resolutivas e concretas - cujo conteúdo do ofertado está perfeitamente determinado nela mesma, sem estabelecer remissões a oferta de terceiros.

A respeito do FOLDER/ENCARTE/FOLHETO TÉCNICO ou CATÁLOGO, juntado ao processo, para cumprimento do exigido em edital – item 8.2.3 – destaca que foi retirado da INTERNET e MONTADO conforme o site da empresa – WWW.REFRICORPOS.COM.BR – onde encontrou 03 (três) figuras utilizadas, ILEGALMENTE, pela ENGEPOM.

As 02 (duas) câmaras menores do catálogo montado, se refere a câmaras mortuárias com capacidade para 03 (três) e 06 (seis) corpos, respectivamente, sendo estes equipamentos da marca REFRICORPOS, pertencentes ao grupo COZIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

Expõe que o edital em seu ANEXO I é bastante claro quando observa que o espaço existente para montagem é de 4,0m x 1,2m (altura x largura) assim a futura câmara não poderá medir mais do que 1,2 m de largura. A largura da câmara ofertada pela empresa ENGEPOM mede mais do que o tolerável.

b) Itens 02, 03, 04 – Face a habilitação da empresa SOLAB CIENTÍFICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS.

Expõe em sua peça recursal que a recorrida cadastrou originalmente no sistema, tanto quanto em sua proposta, o descritivo que é uma cópia fidedigna dos termos constantes do ANEXO I – QUADRO DE ESPECIFICAÇÕES que ao analisar o conteúdo da proposta em questão, a RECORRENTE requer a DESCLASSIFICAÇÃO da proposta em questão em razão do não atendimento às condições do Edital conforme elenca.

Argumenta que no subitem 8.2.3.2 do edital – *Ficará a cargo de diligência ou solicitação, a pesquisa do produto ofertado nos sítios oficiais das marcas/fabricantes*, no entanto a recorrida não fez constar as informações necessárias quanto aos sítios oficiais, bem como não apresenta fabricante e as disposições do subitem 8.2.3 do edital - *Apresentação de FOLDERS/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS/CATÁLOGOS/MANUAL EM PORTUGUÊS dos produtos ofertados OU ENDEREÇO ELETRONICO COM O LINK, conforme item 13.3 do TR.*

Dispõe ainda que o subitem 8.2.3.3 do edital apresenta que – *Caso as informações incluídas na proposta não sejam suficientes para avaliação técnica, poderá a equipe de avaliação e/ou equipe de licitação (Pregoeira) solicitar então, o envio Os equipamentos apresentados nos FOLDER/ENCARTE/FOLHETO TÉCNICO ou CATÁLOGO, juntado ao processo, para cumprimento do exigido em edita.*

Deduz que por não localizar o produto ofertado na internet que então a recorrida tenha se utilizado ilegalmente de imagens de outros fabricantes.

Ao final requer:

I - Seja revisto e retificado o ato que culminou com a habilitação das empresas ENGEPOM EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA e SOLAB CIENTÍFICA EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS considerando que as características dos produtos ofertados não condizem com as exigências do edital em seu termo de referência, constante do ANEXO I do respectivo edital.

II – Que a mesma ainda seja INABILITADA, E EXEMPLARMENTE PUNIDA, devido à pratica de CONCORRÊNCIA DESLEAL, pelos motivos expostos.

III – Que a matéria tenha o tratamento adequado, o que permitirá os reparos devidos na própria esfera administrativa.

IV - Remessa do presente instrumento à instância superior, em grau de recurso, caso seja mantido na forma em que se encontra a decisão de classificação habilitação, o que se admite apenas “ad argumentum”, para exames e providências na forma da Lei.

III – DA SÍNTESE DAS CONTRARRAZÕES

a) ENGEPOM EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO – Contra o recurso interposto pela empresa PROINOX, afirma que participou do certame e que após a inabilitação da primeira colocada e negociação de preços, apresentou toda documentação necessária logrando-se assim habilitada no certame.

Argumenta que a recorrente está movida pelo desespero visto que requer a imputação de prática de crime, ainda que tenha conhecimento do princípio da presunção de inocência previsto na Constituição Federal Brasileira, transito em julgado e que ainda a prova da alegação incumbirá a quem fizer e que tal prova não foi apresentada.

Dispõe que a recorrida buscando desqualificar sua proposta apresenta informações extraídas da internet indicando um modelo que não foi aquele ofertado por ela e que a recorrente não levou em consideração que o site do fabricante do equipamento possa estar desatualizado ou não contenha todos os modelos fabricados e que ainda possa ser possível confeccionar os modelos sob medida, conforme a encomenda.

Destaca em sua defesa a declaração assinada pelo fabricante NECROFRIO afirmando as especificações que serão fabricadas.

Ao final requer:

1. Conhecimento do recurso apresentado pela recorrente para no mérito negar integral provimento, mantendo a habilitação da recorrida.

b) SOLAB CIENTIFICA EQUIPAMENTOS contra o recurso da empresa PROINOX nos itens 02, 03 e 04 argumenta que a “intenção de recorrer” não merecia prosperar visto que não apresentou os pressupostos necessários intencionando seu pedido de forma genérica sem apontar as ilegalidades que a recorrida poderia ter incorrido e que ainda a peça recursal não guarda pertinência com a intenção de recorrer.

Argumenta que a recorrente apresenta seu inconformismo baseando-se à vinculação ao ato convocatório onde alega o descumprimento aos itens 8.2.3 e seus subitens que tratam da apresentação de catálogo e forma de apresentação dos mesmos e que afirma não ter encontrado os modelos apresentados pela recorrida. Buscando confrontar os argumentos apresenta link com a linha de necropsia onde descreve as características requeridas no edital, afirmando ainda que é fabricante dos equipamentos e pode ajustar detalhes técnicos conforme as exigências dos interessados.

Ao final requer:

1. Indeferimento do recurso apresentado pela recorrente mantendo a recorrida habilitada no certame.

IV - DA ANÁLISE E DECISÃO

A deflagração do certame licitatório deu-se com base nos princípios que regem as licitações e o Edital foi devidamente elaborado em consonância com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 3º da Lei 8666/93:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (grifo nosso).

Registra-se que o instrumento convocatório (edital) é elaborado de acordo com as normas técnicas estabelecidas no Termo de Referência, documento este de responsabilidade do setor interessado no objeto, neste caso a SESAU - Secretaria de Estado da Saúde.

O Termo de Referência é o documento assinado pelo titular da pasta, através do qual esclarece e detalha o que realmente precisa adquirir ou contratar, trazendo definição do objeto e seus elementos básicos, pautados em estudos técnicos em conformidade com a legislação pertinente a cada objeto.

É através dos dados constantes do Termo de Referência que se elabora o Edital e o licitante é informado acerca do que a Administração quer contratar.

Assim, a Unidade solicitante deverá expor no Termo de Referência a definição do objeto da contratação de forma clara, precisa e detalhada, a estrutura de custos, os preços praticados no mercado, a forma e prazo para entrega do bem ou realização do serviço contratado, bem como as condições de sua aceitação, deveres do contratado e da contratante, os mecanismos e procedimentos de fiscalização do serviço prestado, quando for o caso.

Cabe nesta seara os ensinamentos de RENATO GERALDO MENDES Advogado e consultor jurídico na área de licitações e contratos. Coordenador-geral das Revistas Zênite de Licitações e Contratos – ILC e de Direito Administrativo e Responsabilidade Fiscal – IDAF, bem como da Consultoria Zênite. Autor das obras: Lei de Licitações e Contratos Anotada (Curitiba: Zênite, 7. ed. 2009) e O Regime Jurídico da Contratação Pública (Curitiba: Zênite, 2008).

“...de acordo com o Decreto nº 3.555/00, o termo de referência deve conter informações do requisitante que possibilitem à autoridade competente definir o objeto da contratação. Ademais, o termo de referência é uma providência necessária na fase preparatória da contratação, independentemente de qual será a modalidade a ser adotada. Portanto, mesmo nos casos de contratação direta em que não se fala em modalidade de licitação, o termo de referência é indispensável. Além disso, é preciso não esquecer que a identificação da necessidade é o “marco zero” da contratação pública, não sendo condicionada pela modalidade adotada, nem pelo tipo de licitação, nem pelo regime de execução e tampouco com qualquer outro instituto jurídico próprio da contratação. Ela não é condicionada por uma razão bem simples: é providência anterior a todas as demais. Logo, é ela que condiciona as outras decisões, e não o contrário.”

Vejamos ainda o que discorre a Lei Federal 10.520/2002 e Decreto Estadual nº 12.205/2006:

Lei Federal 10.520/2002:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

Decreto Estadual nº 12.205/2006:

Art. 9º Na fase preparatória do pregão na forma eletrônica, será observado o seguinte:

§2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração...critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Os argumentos da recorrente referentes aos itens 01, 02, 03 e 04 não merecem prosperar e serão analisados e decididos de forma única visto tratar-se dos mesmos argumentos – “catálogo montado”.

Cabe destacar que a licitação é um procedimento **formal** adotado pela Administração Pública para adquirir bens e/ou serviços. A contratação é realizada após publicação do edital - instrumento convocatório contendo todas as regras e exigências, permitindo que todos os interessados concorram, visando obter o melhor preço e a melhor proposta.

Ao cadastrar sua proposta, as empresas declaram em campo próprio do sistema comprasnet conforme dispõe o subitem 7.4 que sua proposta está em conformidade com as exigências

do Edital, estando ciente de que qualquer declaração falsa à conformidade da proposta estará sujeito às sanções previstas no edital e na legislação vigente, item 7.7 do edital.

7.4. O licitante deverá *declarar*, em campo próprio do sistema eletrônico, *que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.*

7.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

A proposta apresentada após a fase de lances, é um documento **formal** e é a vinculação do proponente com o objeto que será entregue.

As recorridas deixaram claro que as especificações técnicas apresentadas visavam atender exclusivamente o instrumento convocatório alinhado ao termo de referência e que o fabricante, produzia os produtos sob encomenda.

Vale também mencionar que quando a empresa é convocada para encaminhar sua proposta formal, após a fase de lances, a mesma deve observar o que dispõe o item 8.2 e seus subitens, destacamos a seguir os subitens de relevância neste caso.

8.2. As propostas de preços ANEXADAS AO SISTEMA QUANDO CONVOCADAS deverão conter:

8.2.1. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data apresentação da sua proposta de preços;

8.2.2. Indicação expressa da marca/fabricante do produto ofertado.

8.2.3. Apresentação de "FOLDERS"/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS, CATÁLOGOS/MANUAL EM PORTUGUÊS dos produtos ofertados OU ENDEREÇO ELETRÔNICO COM O LINK, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens, conforme item 13.3 do TR.

8.2.3.1. Caso as licitantes não cumpram a exigência do subitem 8.2.4. (referente aos catálogos/folders) as propostas não serão desclassificadas de imediato.

8.2.3.2. Ficará a cargo de diligência ou solicitação, a pesquisa do produto ofertado nos sítios oficiais das marcas/fabricantes. Desta forma, torna-se imprescindível que conste na proposta todas as informações que possibilitem esta avaliação (marca/modelo/fabricante etc).

8.2.3.3. Caso as informações incluídas na proposta não sejam suficientes para avaliação técnica, poderá a equipe de avaliação e/ou equipe de licitação (Pregoeira) solicitar então, o envio dos folders/catálogos para complementação da análise.

(...)

8.2.8. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

(...)

Considerando o acima exposto resta claro que a não apresentação dos folders/encartes/folhetos técnicos, catálogos/manual não era motivo para desclassificação conforme citado no subitem 8.2.3.1, visto que poderiam ser realizadas consultadas nos sites oficiais das marcas/fabricantes apresentadas na proposta do proponente, caso as informações constantes na proposta formal não fossem suficientes para aferir as especificações do produto ofertado, subitem 8.2.3.3.

Ademais, buscando não pairar dúvidas e prejuízos a Administração na aquisição do objeto pretendido a Pregoeira com fundamento no subitem 8.2.9 do edital submeteu as propostas e os recursos impetrados à análise do Sr. Gustavo – Engenheiro Mecânico da SESAU que se manifestou na forma abaixo transcrita:

Quanto ao item 01, a empresa PROINOX informa que a proposta da empresa não é condizente com o descritivo solicitado. A empresa ENGEPOM EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA, informa que o equipamento será fabricado pela NECROFRIO, em contato com o fabricante, o mesmo informa que as características solicitadas no edital, são detalhes (opções) que cada cliente solicita, fazendo as adequações no produto "padrão", é de conhecimento que a proposta é clara, quando informa quanto a imagem que é "meramente ilustrativa", portanto visa orientar.

A empresa em sua proposta afirma que irá entregar o equipamento, conforme o solicitado portanto não há como desclassificar visto que pela proposta a empresa irá atender a demanda da unidade.

*Quanto aos itens 02, 03, 04, a empresa PROINOX informa que a empresa SOLAB não atendeu aos itens do edital 8.2.3.2, porém a proposta apresentada apresenta imagens dos produtos ofertados, e em seu site, que é informado no cabeçalho da proposta (www.solabcientifica.com.br), é possível verificar alguns itens ofertados, além da informação "A Solab trabalha com **projetos especiais sob medida, projetando equipamentos de acordo com sua necessidade**.", informação confirmada via contato telefônico. Portanto, a empresa apresentou uma proposta que atende ao edital, e por mais que não seja produto de catálogo (série), a mesma produz produto conforme a necessidade do cliente, no caso a administração, assim a empresa pelo que apresentou atende ao edital.*

É importante, ressaltar que a u8.2.9. A Pregoeira poderá submeter à documentação apresentada pelos participantes a uma equipe técnica do setor solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados, podendo ainda solicitar parecer técnico de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão. nidade deve acompanhar e verificar os produtos no recebimento e na instalação para que os mesmos seja conforme o proposto pela empresa.

Devido a outras demandas, esse técnico não pode se responder o processo, em um curto prazo, pois o mesmo atendeu a demanda do Gestor, que colocou as prioridades, e considerando que nos últimos meses ocorreram diversas prioridades, (hemodinâmica/CDI/UTI-HEURO/CREPAD/Emendas Parlamentares: Cadastro/Análise/Liberação, entre outras).

Sem mais, colocamo-nos à disposição.

Gustavo Soares e Silva

Engenheiro Mecânico

	<i>Documento assinado eletronicamente por Gustavo Soares e Silva, Engenheiro, em 10/01/2019, às 19:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.</i>
--	---

Outrossim, considerando todo exposto, em especial o parecer técnico que visa corroborar com a decisão, e as exigências previamente definidas no instrumento convocatório, bem como na legislação pertinente, para, no mérito, analisá-las pontualmente para reafirmar a legalidade do certame e dos procedimentos adotados em prol de princípios como legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, celeridade, igualdade, e vínculo ao instrumento convocatório a Pregoeira decide: não reformular decisão lavrada na ata de julgamento do certame, julgando os recursos interpostos **IMPROCEDENTES**.

Seguidamente, submete-se o assunto à autoridade superior, de conformidade com o Art. 109, Parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

Porto Velho, 16 de janeiro de 2019.

NILSEIA KETES COSTA

Pregoeira da Equipe SIGMA/SUPEL

Mat. 300061141



Documento assinado eletronicamente por **Nilseia Ketes Costa, Pregoeiro(a)**, em 16/01/2019, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4358226** e o código CRC **DAAF5922**.

Referência: Caso responda esta Decisão, indicar expressamente o Processo nº 0049.081216/2018-49

SEI nº 4358226